

## ***Educação patrimonial no Recife: o desuso dos lugares da memória como espaços educativos***

Heritage Education in Recife:  
the disuse of memory places like educational spaces

*Diego Gomes dos Santos<sup>1</sup>  
Ricardo de Aguiar Pacheco<sup>2</sup>*

**RESUMO:** A sociedade contemporânea cobra da escola um diálogo cada vez mais profundo com os processos de formação cultural. Seja no uso de novas ferramentas de ensino, seja na valorização dos saberes locais, o que se espera é que os seus professores evidenciem a diversidade cultural ao passo que valorizem os bens culturais da comunidade com que trabalham. Entrevistando um grupo de professores que atuam em Recife, PE – região rica em museus e sítios arqueológicos – buscamos identificar como os bens culturais são percebidos e inseridos na sua prática pedagógica. Nossa observação aponta para a precariedade da formação inicial destes professores tanto para perceber como para utilizar os bens culturais em sua prática docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural. Diversidade cultural. Ensino de história.

**RESUMO:** The contemporary society charges for school an ever deeper dialogue with the cultural formation processes. Be in the use of new teaching tools, in appreciation of local knowledge, what is expected is that their teachers evidencing cultural diversity while highlighting the community's cultural property with which they work. Interviewing a group of teachers who work in Recife, PE - region rich in museums and archaeological sites - we seek to identify how cultural property are perceived and included in their pedagogical practice. Our observation points to the precarious initial training of these teachers both to understand as well as for how to use cultural property in their teaching practice.

**KEYWORDS:** Cultural Heritage. Cultural Diversity. History Education.

### **A diversidade cultural e os lugares da memória: o museu e o sítio histórico**

Neste início de século XXI vivemos na Sociedade da Informação compreendida como resultado de um estágio avançado do fenômeno mundial chamado Globalização que, de forma extremamente acelerada, trouxe desde segunda metade do século XX, com a “Terceira revolução Tecnológica,” uma imensa interligação comercial e cultural entre os países do mundo a partir de uma concepção de sociedade neoliberal. Neste contexto os bens culturais

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Bolsita da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). diego-recife@hotmail.com.

<sup>2</sup> UFRPE, Departamento de Educação. pacheco\_ricardo@yahoo.com.br.

são transformados bens de consumo da economia do turismo, ou seja, museus e sítios históricos são convertidos em mercadorias simbólicas que reforçam uma cultura de massa. No mundo globalizado, fatos ocorridos no Oriente chegam a questões de minutos nas telas de televisão ou na internet. Ou seja, a distância não é mais um problema na “Sociedade da Informação”.

Uma das principais características da globalização é a “compressão espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais de forma que se sente que o mundo é menor e as distancias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. (Hall, 2006, p. 69).

A distância não é mais um fator providencial para não se entrar em contato com amigos ou conhecer novas pessoas. Basta apenas ter acesso os meios de comunicação. É neste contexto a escola do século XXI vem se configurando como um espaço de sociabilidade complexo. Habitada por alunos que passam horas e mais horas em frente de um computador “navegando” na internet que, na maioria das vezes, participam de redes sociais em busca de grupos e pessoas com gostos e costumes iguais ou parecidos aos seus buscando sua identidade cultural.

Pesavento (2012) aponta que no mundo contemporâneo “as identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que um mesmo individuo superponha e acumule, em si, diferentes perfis identitários.” (p. 90). Ao mesmo tempo em que se formam grupos a partir de determinadas afinidades como o estilo musical, modo de se vestir, lugares comuns e etc., ocorre um processo inverso, pois aqueles que são considerados diferentes de determinados grupos sofrem com o preconceito. Do modo que “a exclusão é, no caso, condição atribuída, que nasce do gesto, da palavra e do olhar de quem designa o outro. Ela se faz acompanhar de rejeição, do estigma e do preconceito, negando um lugar social de reconhecimento a este outro”. (Pesavento, 2012, p. 92).

Como não há um grande controle nas redes sociais, o que de início é tido como preconceito na rede virtual, que se configura como o ato de julgar algo sem ter o conhecimento do mesmo, se torna discriminação na sala de aula. Ou seja, um processo de exclusão e segregação. E o pior, este duplo fenômeno, de integração e exclusão, perpassam na sala de aula com mesma intensidade de como ocorre nas redes sociais.

A discriminação é o ato de separar, excluir, distinguir, estabelecer diferenças como forma de legitimar determinada superioridade. Portanto, a partir do preconceito pode-se ocorrer o processo discriminatório. “De acordo com essas definições, o preconceito se expressa na sociedade, mas não necessariamente segrega ou discrimina; já a discriminação promove baseada em certos preconceitos, a separação de grupos ou pessoas” (COSTA & OLIVEIRA, 2007, p. 136). Tal situação por se expressar na sociedade é um fenômeno cultural. Afetando também a premissa dos direitos culturais.

Na escola o professor lida com crianças e adolescentes que estão no auge do processo de resistência e de afirmação. Processo este que se configura como um conjunto de representações das relações que o indivíduo desenvolve em si e com os outros, que está em constante transformação. (Hall, 2006) É nesse processo contraditório que emparelha identificação e exclusão que as sociedades contemporâneas voltam seus olhares para os processos de construção identitária. Por isso, é importante favorecer momentos de reflexão e discussão sobre o tema diversidade cultural, pois se apresenta nos meios de comunicação como uma questão social a ser discutida nas salas de aula. E as discussões sobre os patrimônios culturais podem auxiliar na defesa aos direitos culturais de diferentes sujeitos.

Reconhecer que todos os povos produzem cultura, que cada um tem uma forma **diferente** de se expressar e que todos os povos e suas culturas não são iguais, significa aceitar a **diversidade cultural**. Este conceito de diversidade nos permite ter uma visão mais ampla e reconhecer também que não existem culturas superiores e culturas inferiores, assim como não deve existir o julgamento de outras culturas a partir da nossa. (Grunberg, 2010, p. 02).

Dessa forma, vários grupos sociais exigem das instituições governamentais mais empenho nas políticas culturais voltadas para seleção dos bens a serem considerados

patrimônios e a sua promoção, principalmente nas escolas, já que a sociedade deposita nelas a função de formar os cidadãos de um mundo mais democrático.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de História, através do Ministério da Educação e Cultura do Brasil – MEC, aconselham trabalhar a diversidade cultural a partir dos patrimônios culturais da humanidade nos conteúdos históricos e disciplinares nas instituições escolares ao mesmo tempo em que defende um ensino escolar que preze pela qualidade da educação, na valorização dos bens culturais locais e nacionais, e pelo direito de acesso a memória (Brasil, 1997, p. 166).

Quando falamos em acesso a memória coletiva nos remetemos aos bens culturais que produzem e reproduzem memórias e tradições. Os espaços que guardam essas memórias são denominados lugares de memória.

Os lugares da memória são, antes de tudo, restos. (...) Os lugares da memória nascem e vivem dos sentimentos que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, por que essas operações não são naturais. (Nora, 1993, p. 15).

Os lugares da memória funcionam como espaço de guarda dos bens patrimoniais, bens esses portadores de significados, que podemos atribuir-lhes a partir da relação que se estabelece entre o bem e o sujeito que com ele interage, ressignificando seu sentido e sua função para a sociedade. Deste modo, sabe-se que a memória e os lugares da memória são fundamentais para cultivar o sentimento de pertencimento nos indivíduos, mostrando a eles que fazem parte de uma comunidade, de uma cultura, de uma região ou mesmo da escola do bairro onde estuda.

Desde o século XX que órgãos como Conselho Internacional de Museus (ICOM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) vêm se importando com o papel educativo do museu para o ensino nas escolas, levando em consideração seu potencial e dimensão crítica para a formação cidadã. Como lugar da

memória permite a visualização e a exploração de valores fundamentais para a sociedade como o respeito à diversidade cultural e a valorização do patrimônio cultural.

Entendemos que utilizar os museus como espaços educativos é significativo para criar as condições que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, pautado na ação precedida de uma reflexão sobre o sujeito e de uma análise sobre seu meio de vida. Lembrando que cultura é dinâmica e não estática, que ela se apresenta diferente em cada povo e lugar, é preciso reforçar as particularidades, mas também respeitar as diferenças.

O Estado de Pernambuco possui uma imensa diversidade cultural e diversos museus e sítios históricos (Passos & Pacheco, 2012). Como alega a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco: “cabe aos pernambucanos e pernambucanizados, donos e criadores de tamanha riqueza, ficar atentos para reconhecer, valorizar, registrar, fiscalizar e defender seus patrimônios, recusando a padronização e se orgulhando sempre de sua identidade cultural” (FUNDARPE, 2009, p. 05).

Reconhecendo, portanto, o museu enquanto lugar de saber, de memória e de guarda dos bens patrimoniais, acreditamos que “o contato com esses documentos materiais, a partir do suporte comunicativo das exposições, permite-nos inserir questões relativas à constituição de uma memória e da preservação de um passado” (Almeida & Vasconcelos, 2003, p. 107). Processo este fundamental para a melhora da apreensão histórica dos alunos sobre sua realidade sociocultural, reforçando assim a concepção de que são atores históricos e que a sociedade em que vivem é uma constante construção histórica na qual eles possuam participação.

Como vemos os bens culturais, ao estimular um sentimento de pertencimento a um grupo, se configuram em patrimônio cultural, que pode ser compreendido também como, “marca que o identifica, que adquire um sentido comum, e é compartilhado por toda uma comunidade: um grupo de pessoas que tem em comum o sentimento de solidariedade, de agregação, de pertencimento a um grupo” (Horta, 2006, p. 29).

Além do museu, existem ainda os sítios históricos. Esses são locais onde ocorreram no passado atividades e práticas sociais e culturais e que, por motivos políticos, afetivos ou

econômicos, são considerados lugares de memória e representativos para a história de uma sociedade. Eles são fundamentais para pesquisas de campo para que os alunos compreendam melhor a história da comunidade a qual pertence. Contudo, com o processo acelerado de urbanização das cidades, a grande especulação imobiliária e a poluição muito do que restou nesses lugares de memória está se perdendo. Para solucionar esses problemas, alguns teóricos apontam a necessidade de se desenvolver atividades didáticas baseadas na educação patrimonial para promover a apropriação dos bens culturais por parte da população do seu entorno, para promover a identificação dos sujeitos com os bens culturais.

Ela não é utilizada apenas para aprender a conservar ou conhecer os sítios históricos, “com a educação patrimonial, que pressupõe a compreensão da importância dos bens culturais, a comunidade pode exercer direito à participação nas decisões públicas que influenciem aspectos da vida cotidiana, não somente em matéria cultural” (Soares, 2009, p. 345). Destarte, a educação patrimonial está inteiramente ligada à formação de um cidadão crítico e reflexivo sobre os aspectos culturais e sociais das relações humanas no espaço e no tempo. Tal metodologia tem como objeto de estudo os bens patrimoniais da humanidade tendo como pano de fundo o processo de construção identitária da sociedade contemporânea.

### **Educação patrimonial: uma metodologia de ensino**

As mudanças na concepção e promoção do patrimônio cultural no Brasil, típicas das discontinuidades da história Ocidental, vêm sendo objeto de estudos acadêmicos nos cursos de graduação e pós-graduação das ciências humanas e sociais. Segundo Oliveira (2008), nos últimos anos da década de 1980, pesquisadores e educadores incentivados por instituições nacionais e internacionais, que têm por objetivo em comum preservar e divulgar os bens culturais da humanidade, começaram a elaborar uma metodologia de ensino que contemplassem os espaços que ofertam aos visitantes a possibilidade de conhecer de perto os bens patrimoniais como locais propícios para a pesquisa e a produção do conhecimento.

Desse macro projeto surgiu a metodologia da educação patrimonial que vem embasando as discussões acerca da necessidade de incentivar o espírito crítico e investigativo

dos sujeitos, assim como, a promoção dos bens culturais e da diversidade cultural da humanidade nas instituições de ensino.

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social. (Moraes, 2005, p. 02).

A educação patrimonial vem embasando as discussões acerca da diversidade cultural nas salas de aula. Tal metodologia, tal como descrita por Horta (1999) possui a característica por proporcionar o contato direto entre os alunos e os objetos históricos e culturais da sociedade. Facilitando, assim, o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de História e também mostrando que cada povo possui sua própria cultura e que não há cultura melhor que a outra, mas culturas diferentes cada qual com suas particularidades. Para Grunberg (2010) “Podemos defini-la como o ensino centrado nos bens culturais, como a metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino” (p. 03).

Aliada a potencialidade da Educação Patrimonial para o ensino de História, Pernambuco, como já citamos, é um estado que possui vários museus. Visto que, “o museu, assim como os sítios históricos, é um rico espaço educativo e a Educação Patrimonial o conjunto de ações pedagógicas que permite o contato direto entre os discentes e as fontes históricas”. (Pacheco, 2010, p. 145 -155). Pois, “nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou”. (Horta, 1999, p. 09).

Essa metodologia também oferece uma proposta interdisciplinar no processo de ensino aprendizagem.

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento

e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema (Oriá, 2005, p. 01).

Vale lembrar que a educação patrimonial é uma metodologia e, por isso, possui etapas e técnicas a serem seguidas e aplicadas. O primeiro passo é definir o objeto/fenômeno/tema de estudo. O docente responsável pela aplicação da metodologia deve realizar um estudo prévio sobre a proposta de aula que escolheu. José Carlos Libâneo diz que “em resumo, podemos dizer que os métodos de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico” (Libâneo, 1990, p. 152)

Apesar disso, muitas vezes, o professor propõe uma atividade educativa em um museu sem avaliar a proposta da exposição que irá visitar no local e muito menos como aquela atividade pode ser inserida no programa da disciplina. O que acaba sobrecarregando o monitor da exposição museológica e desmotivando os alunos ao transparecer que o professor também não se interessou pela atividade.

Segundo a proposta metodológica proposta por Horta (1999) a Educação Patrimonial deve atender as seguintes etapas: a *observação*, o *registro*, a *exploração* e a *apropriação* do bem patrimonial escolhido no plano de aula. A *observação* se refere à etapa do desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Já o *registro* é a etapa do desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional. Constitui a etapa na qual o aluno percebe que fabricamos lugares da memória (foto, texto, vídeo e etc.) que selecionamos determinados acontecimento do passado ao criar uma memória; Na *exploração* é a etapa do desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico. Equivale à prática da pesquisa, saber selecionar os dados informativos importantes para responder as questões postas sobre um determinado tema histórico; E, por fim, a *apropriação* é a etapa do desenvolvimento da capacidade de auto expressão, de produzir um novo conhecimento a partir do que foi apreendido nas atividades.



Como vemos, a educação patrimonial é uma metodologia que possui um processo sistemático de ensino e que busca desenvolver o espírito investigativo dos discentes. Por isso, é imprescindível que no plano de aula se decida quais habilidades, conceitos e conhecimentos o docente espera que seus discentes adquiram e de que modo o trabalho pode contribuir para a disciplina que ministra. Visto que, ao incorporarmos diferentes linguagens no processo de ensino de história, reconhecemos não só a estreita ligação entre os saberes escolares e a vida social, mas também a necessidade de reconstruirmos nossos conceitos de ensino e aprendizagem. Identificamos também essa utilização de recursos ou linguagens variadas como uma metodologia válida, enquanto uma disciplina escolar que propõe a formação de indivíduos ativos socialmente que se relacionam com o passado de forma complexa através da confrontação de informações, pesquisa, debate e simulação interativa.

Ao utilizá-la, deve-se ter em mente que a avaliação da aprendizagem vai além da medição através da nota da prova ou trabalho único que segrega aqueles que melhor tiraram notas dos que não conseguiram chegar na “média”. Pelo contrário, a avaliação da aprendizagem é um processo que é composto por várias atividades pedagógicas que possuem o objetivo de obter dados não apenas quantitativos, mas também qualitativos. Dados estes essenciais para melhorar o desenvolvimento cognitivo do discente, buscando maximizar os acertos e solucionar os erros.

A nota serve somente como forma de registro e um registro é necessário devido nossa memória viva ser muito frágil para guardar tantos dados, relativos a cada um dos estudantes. Não podemos nem devemos confundir registro com processo avaliativo; uma coisa é acompanhar e reorientar a aprendizagem dos educandos outra coisa é registrar o nosso testemunho desse desempenho. (Lucksi, 2004, p. 4 – 5).

As possibilidades de aplicação da Educação Patrimonial convergem muito bem com a avaliação da aprendizagem enquanto processo de formação contínua do sujeito.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em

que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.” (Horta, 2006, p. 6).

Desenvolver atividades de ensino-aprendizagem nos lugares da memória evidenciando seus bens culturais materiais e imateriais é propor uma metodologia de ensino que busca estimular e problematizar vários assuntos, desde questões relacionadas aos conteúdos da disciplina história até questões do cotidiano como não depredar os bens públicos. Entendemos que a ligação entre a educação patrimonial e a educação escolar incentiva à preservação da memória e a construção de identidades individuais e coletivas.

### **Educação patrimonial no Recife: alguns dados**

Para termos uma amostra sobre a presença da educação patrimonial na rede de educação básica, realizamos entrevistas com 10 professores selecionados aleatoriamente entre estudantes de curso de especialização em Coordenação Pedagógica ofertado pela Faculdade Frassinetti do Recife. O questionário apresentado aos entrevistados continha 22 questões, entre perguntas para dissertar e outras para responder sim ou não, e era dividido em duas partes com 12 e 10 questões.

A primeira parte era voltada para a formação docente do entrevistado e questionava, além os dados pessoais como nome e idade (I – II), a instituição na qual foi formado (III), o curso de formação docente (IV), o que achava da qualidade do curso da sua formação (V), quantos anos de prática docente (VI), as instituições nas quais lecionou (VII) se foram professores da rede privada ou pública (VIII), as disciplinas ministradas (IX), as series escolares que trabalhou (X), se participou de algum programa de incentivo a profissão (XI) e se participou de algum curso de formação continuada na área de educação (XII).

A média de idade dos entrevistados foi de 24 anos tendo como intervalo de idade o mais novo com 21 anos e o mais velho com 32. Sobre a instituição e o curso de formação inicial de professores, todos apontaram como bons e que ofereciam as competências básicas para exercer a profissão de professor. A média de tempo de prática docente dos entrevistados foi de três anos. Outro fato que dos 10 entrevistados, três lecionavam simultaneamente em

ambas as redes de ensino. Dois apenas na rede privada e os outros cinco apenas na rede pública. Todos chegaram a lecionar no ensino fundamental II e no ensino médio. As disciplinas escolares lecionadas pelos entrevistados variavam entre Filosofia, Literatura, Geografia, História Geral e do Brasil. Sobre as últimas duas questões, nenhum deles participou de um programa de incentivo à docência e aqueles que buscaram formação continuada como minicursos e cursos de pós-graduação o fizeram em cursos que não foram na área de educação.

A segunda parte do questionário tinha como mote questões acerca da percepção dos entrevistados sobre o conceito de patrimônio e se possuíam algum conhecimento sobre a metodologia da educação patrimonial. As questões abertas foram: o que é patrimônio? (I); o que seria considerado como patrimônio de Pernambuco e se poderia citar três exemplos? (II); Selecionar três características essenciais para classificar um bem cultural como patrimônio (III); Se o entrevistado conhecia alguma legislação ou aparato jurídico para preservação do patrimônio (IV); Se durante a formação docente teve alguma disciplina ou atividade relacionada ao tema patrimônio (V); Se em uma das instituições na qual lecionaram tinha algum espaço no calendário escolar para atividades alternativas como visita aos museus ou sítios históricos (VI); Se conhecia ou já tinha trabalhado com algum livro didático que continha alguma discussão sobre a temática do patrimônio (VII); se já tinha ouvido ou lido alguma coisa sobre a educação patrimonial (VIII); se tinha levado alguma turma da escola na qual lecionava para um museu ou sítio histórico (IX); Se tinha conhecimento sobre a Educação Patrimonial (X).

Todos os 10 entrevistados, ao conceituarem o termo patrimônio, se aproximaram do conceito de patrimônio cultural como bens de valor simbólico para a sua comunidade tal como exploramos no início deste trabalho. Isso mostra que o objeto teórico patrimônio cultural é de conhecimento dos professores entrevistados.

Ao elencarem os patrimônios pernambucanos quatro entrevistados citaram apenas patrimônios materiais nos seus exemplos. Os outros seis entrevistados acrescentaram apenas o frevo, reconhecido como patrimônio cultural imaterial da humanidade no ano de 2012. Isso

nos evidencia que no imaginário dos professores embora ainda exista a predominância do patrimônio material e poucos bens imateriais começam a ganhar este reconhecimento.

A propósito das três principais características para eleger um bem cultural como patrimônio foram apontadas as características o valor histórico e artístico do bem e o seu caráter de excepcionalidade. Este dado mostra a dificuldade de realizar a ampliação do valor de patrimônio cultural para o conjunto de bens materiais e imateriais próprios das comunidades locais e dos diferentes grupos sociais.

Sobre se conheciam alguma lei ou aparato jurídico que proteja os bens culturais, quatro responderam que não conheciam e os outros seis citaram o sistema de Tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da FUNDARPE. Corroborando a percepção anterior que prevalece na amostra a visão de que um objeto, para ser reconhecido como patrimônio, deve ter um reconhecimento, uma chancela, exterior a própria comunidade em que ele está inserido. No caso os órgãos estatais responsáveis pela política de preservação do patrimônio cultural.

A respeito da vivência de alguma disciplina ou atividade durante o curso de licenciatura, cinco responderam que tinham discutido algo sobre o conceito de patrimônio cultural em sua formação inicial. Esta menção nos mostra que o tema do patrimônio, ainda que de forma dispersa, já frequenta os espaços de formação inicial dos professores de história em Pernambuco.

Todos citaram que havia espaço no calendário das escolas em que atuam para atividades extraescolares que utilizam bens culturais: visitam museus e sítios históricos, celebram festividades tradicionais etc. Contudo, estas atividades não são consideradas como “aulas” e são dirigidas pela direção da escola e não por eles professores de forma articulada com as atividades desenvolvidas no cotidiano da sala de aula.

Apenas três entrevistados disseram ter visto alguns tópicos sobre patrimônio cultural em livros didáticos de História. Estas respostas evidenciam a precariedade dessa formação inicial do professor para reconhecer os objetos do patrimônio cultural. Sabemos que atualmente a grande maioria dos livros didáticos em uso nas escolas trazem imagens de

diversos bens culturais tais como fotos de quadros, estátuas e de sítios históricos, o que remete ao patrimônio material, e mesmo a transcrição de obras literárias, músicas e lendas que fazem menção a objetos da cultura imaterial.

Sobre a proposta da metodologia da educação patrimonial todos afirmaram ter ouvido ou lido algo a respeito, mas nada aprofundado que caracterize a metodologia. O que nos dá a entender que nenhum deles chegou a trabalhar com a metodologia. Como vemos, apesar do reconhecimento sobre a importância do patrimônio cultural e o conhecimento de uma metodologia de ensino que pode explorá-lo, nenhum dos entrevistados chegou a trabalhar com a proposta de utilizar os bens patrimoniais como fontes de pesquisa e estudo.

### **Uma cidade que não explora seu patrimônio**

As demandas da sociedade contemporânea por uma escola atenta aos processos de formação do sujeito são mais que evidentes para os docentes. Todos reconhecem que o uso dos bens culturais materiais e imateriais como objetos formadores das identidades culturais. E todos percebem a riqueza do acervo cultural de Recife, PE. Contudo, o que nossa enquete com este grupo de professores recifenses nos evidencia é a ausência deste tema nas salas de aula. O precário uso do conjunto de museus e sítios históricos disponíveis no espaço urbano de Recife. Apesar de a Educação Patrimonial ser considerada como uma estratégia privilegiada para o ensino de história comprometida com o desenvolvimento do espírito investigativo dos alunos, pois permite o acesso aos bens culturais e seus suportes, a relação dos alunos com os objetos do patrimônio – e, no caso, a ausência desta relação – certamente atua na formação da identidade cultural.

Acreditamos que o educador tem um papel fundamental na promoção do patrimônio cultural e os valores que ele suscita. Reconhecemos também que neste início de século XXI houve um maior emprego dos bens patrimoniais através dos museus e sítios históricos como um recurso auxiliar no ensino de História. Mas, em Recife, PE, os lugares da memória ainda são pouco utilizados em atividades escolares. Às vezes por falta de logística e tempo; mas também por falta de conhecimento teórico e metodológico que instrumentalize o professor na

organização de atividades pedagógicas. Dados que apontam para a necessidade de adequação tanto da formação inicial como da formação continuada dos professores.

### Referências

ALMEIDA, Adriana M. & VASCONCELLOOS, Camilo de M. Por que visitar museus. In: **O Saber histórico na sala de aula**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 104 -116.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da & OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007, p. 130 -138.

FUNDARPE. **Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais**. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), 2009.

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais**. In: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos\\_sociais/educacao\\_patrimonial.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos_sociais/educacao_patrimonial.pdf)> Acesso em 25/03/13.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. (9ª ed.) Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Considerações gerais sobre a avaliação no cotidiano escolar. **À Aprender a Fazer**. Curitiba: Editora Gráfica Expoente, nº 36, 2004, p. 4-6.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 2 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. Brasília, 2012.

MORAES, Allana Pessanha. **Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural**. In: <[http://www.cereja.or.br/arquives\\_upload/allana\\_p\\_moraes\\_educ\\_patrimonial.pdf](http://www.cereja.or.br/arquives_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf)> Acesso em 25/03/2013.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: Editora universitária PUC-SP, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. In <www.minc.gov.br>  
Acesso em 20/03/2013.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio. **Cadernos do CEOM** (Unochapecó), v. 31, p. 145-155, 2009.

PASSOS, Fernando Cruz dos; PACHECO, Ricardo de Aguiar. Museus de Olinda e as identidades do local. **Inter-legere** (UFRN), v. 10, p. 49-63, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

Artigo recebido em 25 de novembro de 2013. Aprovado em 12 de dezembro de 2013.